



Simulado Final

TCE PE

Cargo: Auditor de Controle Externo
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TCE-PE (Auditor de Controle Externo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-PE**, cargo de **Auditor de Controle Externo**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ysfSc2aQ6GLBauY89>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/nBTT>

MÓDULO I
CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

1. O raciocínio indutivo de um texto argumentativo aparece exemplificado na seguinte opção:

- a) Os mamíferos bocejam quando veem outros bocejar, o que pode explicar a onda de bocejos que rolou na aula de ontem.
- b) A maresia corrói todo metal que vê pela frente, por isso os ferros dos alicerces das casas na orla estão estragados.
- c) Em geral, temos a tendência de justificar nossos erros e ser implacáveis com os dos outros; portanto, não me venha com suas desculpas.
- d) O livro que acabei de ler não me cativou; os livros de hoje não têm mais a mesma profundidade dos clássicos da literatura.
- e) Os eletrodomésticos atuais não são feitos para durar, daí que já perdi a conta de quantas vezes já levei minha máquina de lavar para o conserto.

2. Assinale a frase classificada como argumentativa, por possuir uma tese e argumentos que a sustentem.

- a) Enquanto não houver segurança, a prudência é nosso maior escudo.
- b) É inadiável abrirmos caminho para o que nos liberta.
- c) Amizade real é vulnerabilidade sem qualquer medo.
- d) A coragem é exaltada, em parte, por quem nunca enfrentou o perigo.
- e) Existem opiniões que ignoram os fatos; com isso perde-se toda credibilidade.

3. Assinale a opção que indica o fragmento textual que pertence ao modo narrativo de organização discursiva.

- a) Toda luz parecia irradiar daquela árvore frondosa, como a primavera em pessoa.
- b) Apenas uma árvore no mundo batizou um país: o pau-brasil, conhecido por sua beleza.
- c) À noite, perambulando sem rumo pela cidade vazia, topei com uma belíssima árvore de Jacarandá.
- d) Mesmo diante do caos provocado pela tempestade, as árvores permaneciam inabaláveis.
- e) As árvores são mais que plantas; elas são as representantes da vida entre nós.

4. Entre as frases abaixo, assinale aquela em que o vocábulo “mais” exemplifica uma classe gramatical diferente das demais frases.

- a) Não havia mais ninguém por ali.
- b) Os alunos não poderiam estar mais contentes.
- c) Na infância, é importante dormir mais cedo.
- d) A situação tende a ficar mais grave hoje.
- e) A tecnologia avança mais a cada dia.

5. A frase abaixo em que a preposição sublinhada tem valor semântico, não sendo exigida por nenhum termo anterior, é:

- a) Aqueles que chegam primeiro têm o direito de usufruir de certos benefícios.
- b) A invenção de novas tecnologias exige uma proteção mais eficaz.
- c) As autoridades, dentro de seus gabinetes, se afastaram de qualquer contato com a população.
- d) A multidão participava ativamente de um protesto contra o aumento das passagens.
- e) O primeiro dia de aula foi cheio de expectativas pelos alunos.

6. Assinale a frase que mostra a presença de antônimos em sua estruturação.

- a) Para todo mal, há cura.
- b) A ciência e a religião não são tão separadas quanto parecem.
- c) O diálogo constrói pontes sobre os abismos da incompreensão.
- d) Existe apenas um instante entre o chegar e o partir.
- e) Vamos deixar de ser inquilino da vida para se tornar proprietário da sorte.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

7. O tempo para a tramitação de um processo administrativo no TCE-PE, em um dado instante, é uma variável aleatória com distribuição normal, tendo média igual de 10 meses e desvio-padrão de 3 meses. Um novo grupo de auditores, recém-chegados à instituição, deve cuidar de alguns processos, que serão sorteados dentre os que já têm mais de 7 meses de duração.

Sobre a função acumulada da normal são dados os valores: $\Phi(1)=0,80$, $\Phi(1,5)=0,92$ e $\Phi(2,0)=0,98$

Com tais informações, a probabilidade de que um procedimento com mais de 16 meses seja selecionado é igual a:

- a) 2,0%;
- b) 2,5%;
- c) 3,0%;
- d) 5,0%;
- e) 7,5%.

8. Um processo X segue uma distribuição normal com média populacional desconhecida, mas com desvio-padrão conhecido e igual a 4. Uma amostra com 64 observações dessa população é feita, com média amostral 45. Dada essa média amostral, a estimativa da média populacional, a um intervalo de confiança de 95%, é

Utilize $P(z < 2) = 0,95$

- a) (42;48).
- b) (38;53).
- c) (44,8;45,1).
- d) (42,6;46,4).
- e) (44;46).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Douglas Schneider

9. O modelo de gestão pública denominado gerencial, implementado no Brasil a partir da Reforma do Estado dos anos 1990, buscou:

- a) aprimorar a qualidade dos serviços, com foco no cidadão como usuário, introduzindo práticas de eficiência, contratos de gestão e controle de resultados.
- b) consolidar a centralização decisória no aparelho do Estado, fortalecendo os mecanismos hierárquicos típicos do modelo patrimonialista.
- c) substituir completamente os mecanismos burocráticos de controle por estruturas informais e autorreguladas, reduzindo a importância de normas e procedimentos.
- d) concentrar as ações estatais na função normativa, transferindo integralmente a execução de políticas públicas para a iniciativa privada.
- e) ampliar a presença do Estado em setores estratégicos por meio da estatização de empresas, priorizando o desenvolvimento industrial.

10. Os instrumentos de planejamento e orçamento previstos na Constituição Federal — Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) — possuem características distintas. Acerca deles, é correto afirmar que:

- a) o PPA define metas de curto prazo e deve ser compatível com os programas e ações previstos na LOA.
- b) a LDO estabelece o detalhamento físico-financeiro de programas governamentais, vinculando a execução orçamentária anual.
- c) a LOA fixa as despesas e estima as receitas para um exercício, devendo ser compatível com as diretrizes da LDO e com os objetivos e metas do PPA.
- d) o PPA e a LOA possuem vigência de quatro anos, enquanto a LDO tem caráter bienal.
- e) a LDO substitui o PPA nos dois últimos anos de governo, servindo como principal instrumento de planejamento estratégico.

11. No contexto da formulação de políticas públicas, a abordagem baseada em evidências:

- a) prioriza exclusivamente a utilização de dados quantitativos, desconsiderando informações qualitativas por serem subjetivas.
- b) concentra-se em experiências internacionais bem-sucedidas, independentemente da adequação ao contexto local.
- c) fundamenta-se na intuição e experiência acumulada dos formuladores, prescindindo de processos sistemáticos de avaliação.
- d) utiliza informações provenientes de múltiplas fontes, incluindo dados científicos, experiências práticas e percepções dos atores envolvidos, visando maior efetividade das decisões.
- e) exige a criação de agências autônomas, sem vínculo com órgãos de governo, para garantir neutralidade técnica.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

12. Bill é prefeito de um município do interior do estado de Pernambuco e estava analisando as peças do seu processo de prestação de contas anual. Porém, ele ficou em dúvida sobre a aplicação de alguns dispositivos da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal e sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Para resolver a situação, Bill enviou questionamentos aos seus assessores. Nesse caso, o assessor responsável respondeu corretamente que:

- a) As prestações de contas anuais dos Prefeitos Municipais não devem incluir as contas prestadas pelo Legislativo, cujo julgamento ocorrerá em processo específico.
- b) O Tribunal apreciará as contas anuais prestadas pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, a ser elaborado em até sessenta dias, a contar do recebimento.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.
- d) Nos casos em que o Chefe do Poder Executivo municipal acumular a função de ordenador de despesas, bem como nas hipóteses em que as contas globais e prestações de contas dos ordenadores de despesas estiverem corporificadas em um mesmo processo, as publicações do parecer prévio e do julgamento ocorrerão em conjunto.
- e) O parecer prévio será sempre justificado e conclusivo, recomendando a aprovação, a aprovação com ressalvas ou a rejeição.

13. Lynel é ordenador de despesas em determinada entidade do governo do Estado. Contudo, em razão de invasão nos sistemas estruturantes da unidade administrativa, Lynel ficou impedido de realizar a sua prestação de contas anual. O Tribunal de Contas do Estado determinou a realização de diligências, concluindo que o julgamento das contas de Lynel se tornou impossível, em razão de caso fortuito alheio à vontade do ordenador de despesas. Nesse caso, o TCE deverá:

- a) julgar as contas irregulares, definindo a responsabilidade do agente público que praticou o ato irregular.
- b) converter o processo em auditoria especial, aplicando, ao final, multa ao responsável.
- c) julgar as contas regulares com ressalvas, sem aplicação de multa.
- d) considerar as contas ilíquidáveis, ordenando o trancamento das contas e o consequente arquivamento do processo.
- e) sobrestar o processo por até três anos, findo os quais as contas serão consideradas encerradas, com baixa na responsabilidade do administrador.

14. Analise os itens subsequentes:

- I. Desde que previsto em lei, o Tribunal de Contas pode determinar que o controle interno realize auditorias, uma vez que é papel do sistema de controle interno apoiar o controle externo.
- II. O Tribunal de Contas da União pode exercer o controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos do poder público, desde que o ato viole patentemente dispositivo da Constituição Federal ou seja contrário à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sendo que a decisão do TCU terá eficácia *erga omnes*.
- III. Compete ao TCU apreciar a legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, no prazo de até cinco anos, sob pena de concessão de registro tácito, contados da chegada do processo na Corte de Contas.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II, apenas.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

15. A equipe de contabilidade do Município Audazes dos Pampas está revisando a aplicação da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação da Informação Contábil no Setor Público (NBC TSP EC) em suas demonstrações. A respeito das características qualitativas da informação contábil, julgue os itens a seguir:

- I. A relevância e a representação fidedigna são características qualitativas da informação contábil.
- II. A comparabilidade permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades e diferenças entre itens, tanto ao longo do tempo para a mesma entidade quanto entre diferentes entidades.
- III. A verificabilidade assegura que a informação esteja disponível para os usuários antes que ela perca sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e tomada de decisão.
- IV. A materialidade, embora não seja uma característica qualitativa por si só, é um aspecto da relevância que considera a magnitude da omissão ou distorção de um item que possa influenciar decisões.

Assinale a opção correta:

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

16. O Município Audazes dos Pampas, ao registrar suas operações, deve observar os diferentes regimes contábeis aplicáveis no setor público brasileiro. A respeito dos regimes contábeis (caixa, competência e misto), julgue os itens a seguir:

- I. No setor público brasileiro, a receita orçamentária é reconhecida pelo regime de caixa (arrecadação), e a despesa orçamentária pelo regime de competência (empenho).
- II. O regime de competência, aplicado às demonstrações patrimoniais, determina o registro das variações patrimoniais no momento do fato gerador, independentemente do fluxo financeiro.
- III. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), por sua natureza, reflete as movimentações de caixa e equivalentes de caixa, sendo, portanto, um demonstrativo elaborado sob o regime de caixa.
- IV. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é elaborada integralmente sob o regime de caixa, uma vez que reflete o impacto financeiro das operações no patrimônio.

Assinale a opção correta:

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

17. O Município Audazes dos Pampas, ao final de cada exercício, elabora e divulga suas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Sobre as DCASP e suas características gerais, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) As DCASP têm como propósito principal a apuração do resultado primário e nominal, sendo este o foco primordial da informação contábil no setor público.
- b) A consistência de apresentação das DCASP é facultativa, permitindo que a entidade altere livremente a classificação e a apresentação de itens entre períodos para melhor refletir novas políticas.

c) A materialidade e a agregação permitem que itens de natureza ou função semelhantes sejam apresentados em conjunto, desde que não sejam relevantes individualmente.

d) O Balanço Orçamentário é a principal demonstração contábil, pois reflete a composição dos ativos e passivos do ente público.

e) A tempestividade é uma característica qualitativa que garante que a informação seja sempre divulgada com antecedência suficiente para influenciar todas as decisões dos usuários.

NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Emannuelle Gouveia

18. Em relação à estrutura, organização e uso de dados no contexto atual, assinale a alternativa correta.

- a) Dados estruturados são compostos por informações em formato fixo e tabelar, como registros em SGBDs relacionais, enquanto dados não estruturados incluem textos, imagens, áudios e vídeos.
- b) Dados abertos são conjuntos de informações disponibilizados apenas em formato proprietário, geralmente restrito a softwares pagos.
- c) O tratamento de dados corresponde exclusivamente ao processo de coleta, não abrangendo etapas como limpeza, integração e transformação.
- d) A visualização de dados é uma etapa opcional e sem relevância no processo analítico, pois não auxilia na interpretação dos resultados.
- e) O armazenamento de dados não estruturados só pode ser feito em bancos de dados relacionais, uma vez que estes são universais para qualquer tipo de dado.

19. Sobre técnicas de aprendizado de máquina, assinale a alternativa correta.

- a) O agrupamento (clustering) é um método supervisionado que depende de rótulos previamente definidos para separar os dados em classes conhecidas.
- b) A classificação é uma técnica não supervisionada, usada para organizar dados em grupos sem a necessidade de categorias previamente estabelecidas.
- c) A detecção de anomalias busca identificar padrões que se desviam significativamente do comportamento esperado nos dados, sendo útil em áreas como segurança da informação e análise de fraudes.
- d) O clustering não pode ser aplicado em grandes volumes de dados, pois é restrito a pequenos conjuntos em memória.
- e) A classificação não permite prever categorias para novos exemplos, servindo apenas para analisar dados já existentes.

20. No contexto de Grandes Modelos de Linguagem (LLMs) e engenharia de prompt, assinale a alternativa correta.

- a) LLMs são treinados apenas com dados estruturados em bancos relacionais, pois não conseguem lidar com textos livres e não estruturados.
- b) A engenharia de prompt consiste em criar consultas otimizadas para bancos de dados relacionais, garantindo a eficiência na execução de comandos SQL.
- c) LLMs, como o GPT, são modelos baseados em arquiteturas de redes neurais profundas, treinados em grandes volumes de texto para prever a próxima palavra em uma sequência.
- d) A engenharia de prompt é irrelevante, pois os LLMs geram sempre as mesmas respostas, independentemente da forma como a entrada é formulada.

- e) O uso de LLMs restringe-se à tradução automática de idiomas, não possuindo aplicações em outras áreas, como atendimento, resumo de textos ou programação.

MÓDULO II CONHECIMENTOS DE LEGISLAÇÃO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. O Ministério Público de determinado Estado pretende ajuizar ação civil pública para combater atos praticados pelo Poder Público que violam direitos da coletividade. De acordo com o entendimento do STF, o Ministério Público possui legitimidade para requerer, exceto:

- a) a declaração de ilegalidade de reajuste de mensalidade escolar.
- b) a redução de preço de passagem em transporte coletivo.
- c) direitos sociais relacionados ao FGTS.
- d) a anulação de ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.
- e) impugnação da taxa de iluminação pública do Município.

22. O Estado Beta emendou sua constituição para determinar a intervenção do estado no município em caso de greve dos servidores municipais que paralise mais de 75% das funções da Administração Pública.

Levando em conta o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) A emenda é constitucional.
- b) A emenda é inconstitucional, por violação dos princípios da legalidade e da simetria.
- c) A emenda é inconstitucional, por usurpação de competência privativa da União.
- d) A emenda é inconstitucional, por usurpação de competência exclusiva da União.
- e) A emenda é inconstitucional, por violação dos princípios da simetria e da autonomia dos entes federados.

23. A respeito da legitimidade ativa das confederações sindicais e das entidades de classe de âmbito nacional nas ações do controle objetivo de constitucionalidade, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) A entidade que não representa a totalidade de sua categoria profissional não possui legitimidade ativa para ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade.
- b) Associações diversas, independentemente de representação profissional ou empresarial, desde que legalmente constituídas e de âmbito nacional, têm legitimidade ativa para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade.
- c) As entidades de classe, para configuração do âmbito nacional, deverão ter representatividade em pelo menos nove estados brasileiros.
- d) A legitimação ativa das entidades de classe para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade depende da demonstração de pertinência temática.
- e) Para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade, as entidades de classe de âmbito nacional precisarão constituir advogado, que deverá juntar procuração aos autos.

24. A Câmara Municipal do Município Iota aprovou lei, de iniciativa do prefeito, que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos, contudo, tal lei foi contestada junto ao Supremo Tribunal Federal.

Segundo entendimento do STF acerca do tema, a referida lei é:

- a) Constitucional.
- b) Inconstitucional, por vício de iniciativa.
- c) Inconstitucional, por violar competência exclusiva da União.
- d) Inconstitucional, por violar competência privativa da União.
- e) Inconstitucional, por violar competência dos Municípios.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

25. Gilnaldo, estudante e entusiasta de direito administrativo, afirmou corretamente que, atendidos os requisitos legais aplicáveis, inclusive a adoção da modalidade leilão, como regra geral, será passível de alienação o(s) seguinte(s) bem(ns) público(s):

- a) as praias de Recife.
- b) as ruas e avenidas de Petrolina.
- c) as repartições públicas onde funciona a Secretaria de Estado da Saúde.
- d) as repartições públicas onde funciona a Secretaria de Educação de um município pernambucano.
- e) um prédio público desativado.

26. João, Auditor de Controle Externo, ao proferir uma palestra para seus colegas de trabalho, afirmou INCORRETAMENTE quanto aos serviços públicos gerais que:

- a) seus usuários são indetermináveis.
- b) são também chamados de *uti universi*.
- c) são remunerados, em geral, mediante receita de impostos.
- d) apresentam, como exemplo, o serviço de iluminação pública.
- e) admitem a medição individualizada de sua utilização.

27. Tomando por base o regramento em vigor sobre os atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade não requer a efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.
- b) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal de Contas.
- c) Para apurar qualquer ilícito previsto na referida Lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação, poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo.
- d) A perda da função pública se efetiva mediante o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- e) A multa civil é a única sanção que se efetiva com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

28. Ao estudar sobre os atributos do ato administrativo, Lindomira afirmou corretamente que:

- a) estão presentes em todo ato administrativo, exatamente como ocorre com os elementos de validade.
- b) a presunção de legitimidade informa que são considerados verdadeiros os fatos declarados para a prática do ato administrativo, não admitindo prova em contrário.
- c) a presunção de veracidade informa que os atos são considerados legais e legítimos até que se prove o contrário.
- d) a exigibilidade representa a utilização de meios indiretos para a Administração alcançar o resultado pretendido com o ato, exigindo seu cumprimento por terceiros.
- e) a tipicidade resulta na imposição dos efeitos do ato administrativo aos administrados.

DIREITO FINANCEIRO

Luciana Marinho

29. De acordo com a lei 4.320/64 no tocante à receita e despesas, assinale alternativa errada:

- a) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- b) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
- c) O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes não constituirá item de receita orçamentária.
- d) São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, exceto, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- e) A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas em receitas correntes e receitas de capital.

30. Em relação à receita pública, a Lei 4.320/64 afirma que a receita, cuja arrecadação se origina de concessões e permissões de serviços de transporte, é considerada como:

- a) receitas de transferências.
- b) receitas de serviços.
- c) receitas de operações de créditos.
- d) receitas patrimoniais.
- e) outras receitas correntes.

31. De acordo com a Lei 4.320/64, que trata das finanças públicas no Brasil, qual das seguintes opções é considerada uma receita patrimonial:

- a) Impostos sobre a propriedade de veículos automotores.
- b) Juros e dividendos provenientes de investimentos realizados pelo ente público.
- c) Tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos específicos.
- d) Multas aplicadas em decorrência de infrações à legislação municipal.
- e) Operação de crédito.

32. Considerando os conceitos de déficit público e dívida pública no Brasil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O déficit público ocorre apenas quando o governo federal realiza gastos com programas sociais acima do limite permitido pela Constituição.
- b) A dívida pública interna é sempre mais prejudicial à economia nacional do que a dívida pública externa, por representar maior carga de juros.
- c) A diminuição do déficit público necessariamente indica redução da dívida pública total do país.
- d) O déficit primário considera apenas receitas e despesas antes do pagamento dos juros da dívida pública.
- e) A dívida pública brasileira é composta exclusivamente por compromissos assumidos com organismos internacionais como o FMI.

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

33. São várias estipulações a respeito da capacidade e personalidade da pessoa natural que estão tratadas no Código Civil. Marque a alternativa que está correta:

- a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- b) Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, e com posterior homologação judicial.
- c) Pode ser declarada a morte presumida, com decretação de ausência se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- d) É válida, com objetivo científico, comercial ou altruístico, a disposição do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, esse ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.
- e) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, e em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo apenas o cônjuge sobrevivente ou qualquer parente em linha reta.

34. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro prevê algumas regras importantes, sobre as previsões contidas nessa norma, marque a opção que está em acordo com o texto legal:

- a) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece e quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, a equidade, os costumes e os princípios gerais de direito.
- b) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família, sendo que realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- c) Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em devam ser cumpridas, destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.
- d) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa poderá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.
- e) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de culpa, dolo ou erro grosseiro.

35. As pessoas jurídicas possuem direitos e deveres, a respeito da personalidade jurídica e a possibilidade de desconsideração, marque a correta:

- a) A legislação não prevê expressamente a aplicação da desconsideração inversa.
- b) Pode ser feita a desconsideração da personalidade em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

c) A desconsideração é decretada pelo juiz de ofício, a requerimento da parte ou a pedido do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo.

d) A desconsideração faz com que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de todos os sócios da pessoa jurídica.

e) Confusão patrimonial é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.

36. Sobre os bens:

- a) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar apenas artificialmente.
- b) Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local;
- c) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram e o direito à sucessão aberta.
- d) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, ainda que com pequena alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- e) Consideram-se móveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico; os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes; e os direitos reais de caráter patrimonial e respectivas ações.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

37. Paulo ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais em desfavor do Estado de Pernambuco. Após a instrução do processo, o juízo prolatou sentença de parcial procedência em que condenou o réu ao pagamento de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) a título de danos materiais e não acatou o pedido de danos morais. Não interposto recurso por nenhuma das partes, os autos foram remetidos ao tribunal de justiça em sede de reexame necessário, em que foi mantida a sentença. Ultrapassado os prazos de recurso, o serventuário responsável certificou o trânsito em julgado. Segundo o Código de Processo Civil, a autoridade que torna imutável e indiscutível a referida decisão de mérito não mais sujeita a recurso é denominada de:

- a) prescrição.
- b) coisa julgada material.
- c) preclusão mínima.
- d) perempção.
- e) decadência.

38. Maria foi empossada juíza de direito na comarca de Alagoinha-PE. No primeiro dia de seu trabalho recebeu cerca de 100 processos conclusos. Ao analisá-los, para fim de eficiência, separou os processos em alguns grupos: (i) julgamento de embargos de declaração; (ii) processos criminais; (iii) pedidos de desistências; (iv) casos de improcedência liminar do pedido. Segundo o Código de Processo Civil, não há necessidade de respeito à ordem cronológica da conclusão:

- a) Em todos os casos.
- b) Apenas nos itens II, III e IV.
- c) Apenas nos itens I, II e III.
- d) Apenas no item II.
- e) Apenas nos itens II e IV.

39. Caio é juiz na comarca de Carpina/PE e ao analisar uma petição inicial, percebeu que a parte alegou direito municipal, estadual, federal, estrangeiro e consuetudinário. Diante disso, Caio determinou a comprovação do teor e da vigência das referidas normas. Segundo o Código de Processo Civil, a parte

- a) não precisará comprovar o teor e a vigência de nenhuma das normas, uma vez que cabe ao juízo conhecer o direito.
- b) precisará comprovar o teor e a vigência apenas das normas estrangeiras e consuetudinárias.
- c) precisará comprovar o teor e a vigência apenas das normas estrangeiras.
- d) precisará comprovar o teor e a vigência apenas das normas municipais, federais, estrangeiras e consuetudinárias.
- e) precisará comprovar o teor e a vigência de todas as normas.

40. Recebida a petição inicial de uma ação de revisão contratual, o juízo determinou a emenda à inicial a fim de que o autor regularizasse diversos equívocos em sua peça. Devidamente intimado, o autor permaneceu inerte, motivo pelo qual o juízo indeferiu a petição inicial. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, estamos diante de

- a) um despacho.
- b) uma decisão interlocutória.
- c) uma sentença.
- d) uma decisão colegiada.
- e) um acórdão.

MÓDULO III
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**AUDITORIA GOVERNAMENTAL***Tonyvan Carvalho*

41. De acordo com as Normas de Auditoria Governamental, assinale a alternativa que apresenta corretamente a distinção entre auditoria de regularidade e auditoria operacional:

- a) A auditoria de regularidade é voltada exclusivamente para apurar fraudes, enquanto a auditoria operacional tem foco apenas no cumprimento de normas legais.
- b) A auditoria de regularidade examina legalidade, legitimidade e aspectos contábil, orçamentário, financeiro e patrimonial; a auditoria operacional busca avaliar economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.
- c) Ambas têm foco exclusivo na conformidade com leis e regulamentos, mas a auditoria operacional examina também eficiência.
- d) A auditoria de regularidade é considerada mais ampla, pois abrange os 4 Es (economicidade, eficiência, eficácia e efetividade).
- e) A auditoria operacional é realizada apenas em convênios, enquanto a de regularidade alcança toda a gestão orçamentária e financeira.

42. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) recebeu duas demandas por meio da sua ouvidoria. A primeira é uma denúncia de que uma licitação para aquisição de medicamentos teria sido direcionada a uma única empresa. A segunda está relacionada a uma análise em tempo real, acompanhando a execução da obra da rodovia estadual, orçada em R\$ 200 milhões, para identificar falhas preventivamente. A obra se encontra com execução atrasada há 18 meses, com risco de superfaturamento e descumprimento contratual. Diante da necessidade de verificação imediata, com atuação pontual e foco em indícios de irregularidade, os instrumentos de fiscalização

mais adequados a serem utilizados pelo TCE, respectivamente, são:

- a) Levantamento e Monitoramento.
- b) Monitoramento e Inspeção.
- c) Inspeção e Acompanhamento.
- d) Auditoria e Acompanhamento.
- e) Acompanhamento e Inspeção.

43. Confirmações externas obtidas diretamente pelo auditor são consideradas:

- a) Evidência de baixa confiabilidade, pois vêm de terceiros.
- b) Evidência insuficiente para testes substantivos.
- c) Evidência mais confiável do que obtida internamente.
- d) Procedimento substitutivo para inspeção física.
- e) Evidência aplicável apenas em auditoria interna.

44. O Tribunal de Contas do Estado decide fiscalizar o Programa Estadual de Transporte Escolar. No trabalho, a equipe deve:

- 1. Avaliar se os recursos financeiros foram corretamente registrados nas demonstrações contábeis;
- 2. Verificar se os contratos celebrados atendem à legislação vigente;
- 3. Analisar se o programa atingiu eficiência e eficácia na redução da evasão escolar.

Assinale a alternativa que indica corretamente o tipo de auditoria em cada caso:

- a) (1) Operacional; (2) Conformidade; (3) Financeira.
- b) (1) Financeira; (2) Conformidade; (3) Operacional.
- c) (1) Conformidade; (2) Financeira; (3) Operacional.
- d) (1) Conformidade; (2) Operacional; (3) Financeira.
- e) (1) Financeira; (2) Operacional; (3) Conformidade.

45. Risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria. O risco de amostragem pode levar a dois tipos de conclusões errôneas. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) Quanto maior o risco de amostragem que o auditor aceita, maior deve ser o tamanho da amostra.
- b) Quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.
- c) O risco de amostragem é inversamente proporcional ao risco de auditoria.
- d) O tamanho da amostra é critério válido para distinguir entre amostragem estatística e não estatística.
- e) O aumento da amostra elimina totalmente o risco não amostral.

46. A seção “Base para Opinião” no relatório do auditor:

- a) É opcional para auditorias de pequenas empresas.
- b) Deve vir antes da seção “Opinião” no relatório.
- c) Explica as bases e referências normativas que sustentam a opinião.
- d) É utilizada apenas quando há modificação de opinião.
- e) É incluída somente em relatórios de auditoria interna.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

47. Determinado servidor público do TCE-PE, durante uma fiscalização, causou intencionalmente dano material a determinado cidadão. Nesta hipótese, é correto afirmar que:

- a) o cidadão poderá cobrar o dano diretamente do TCE-PE.

b) o Estado de Pernambuco responderá pelos danos causados ainda que tenham sido causados fora do exercício das atribuições do servidor.

c) o cidadão deverá acionar judicialmente o servidor para cobrar a indenização pelos danos sofridos.

d) o Estado de Pernambuco somente responderia se não houvesse dolo por parte do agente público.

e) o cidadão deverá cobrar a indenização pelos danos sofridos do Estado de Pernambuco, que, posteriormente, irá promover a ação de regresso em face do servidor.

48. Ao examinar o edital para a contratação de uma solução de software de gestão de processos, o TCE-PE se deparou com a inclusão de cláusula que especificava a necessidade de o software ser compatível com um hardware de uma marca específica e muito rara no mercado, de modo a direcionar a contratação para a única fornecedora daquele hardware na região.

Essa cláusula do edital, à luz dos princípios e vedações da Lei nº 14.133/2021, é:

a) legal, pois a Administração pode especificar a marca do produto quando houver justificativa técnica.

b) ilegal, pois é vedado ao agente público admitir, prever ou tolerar cláusulas que frustrem o caráter competitivo da licitação.

c) legal, desde que o órgão auditado demonstre que a marca especificada é a de melhor qualidade disponível no mercado.

d) ilegal, a menos que o órgão auditado realize uma audiência pública para validar a especificação da marca.

e) legal, pois a padronização de equipamentos de informática é uma prerrogativa da Administração para garantir a compatibilidade de seus sistemas.

49. Tomando por base o controle judicial da administração pública no âmbito do Estado de Pernambuco, assinale a alternativa que menciona a característica correta:

- a) avalia aspectos de legalidade e de mérito.
- b) pode resultar em determinação para desfazimento de atos discricionários.
- c) independe de provocação.
- d) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
- e) geralmente é realizado em caráter prévio.

50. O TCE-PE pretende construir um novo anexo para seu edifício-sede, uma obra de engenharia de grande complexidade técnica e que envolve inovação tecnológica. A Administração avalia utilizar um regime de contratação em que a empresa vencedora será responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar a obra, realizar a montagem, os testes e todas as demais operações necessárias para a entrega final do objeto.

Este regime de contratação é denominado pela Lei nº 14.133/2021 como:

- a) contratação semi-integrada.
- b) empreitada por preço global.
- c) contratação integrada.
- d) empreitada integral.
- e) tarefa.

51. Um prefeito municipal, valendo-se de seu cargo, contratou a empresa de seu próprio irmão, por dispensa de licitação, para a execução de um pequeno serviço de engenharia, sob regime de tarefa. Para justificar a contratação direta, o prefeito alegou a existência de situação de emergência que, posteriormente, foi comprovada como forjada, com o único intuito de direcionar a contratação para a empresa familiar.

A respeito da conduta do prefeito, analise as afirmativas a seguir:

I. A conduta viola apenas o princípio da legalidade, em razão da inobservância do dever de licitar fora das hipóteses legais.

II. A conduta configura ato de improbidade administrativa, mesmo sem ter ocasionado dano ao erário, sujeitando o prefeito a sanções legais, sem prejuízo da ação penal cabível.

III. A contratação poderia ser convalidada posteriormente, caso ficasse demonstrado que o preço pago foi compatível com o de mercado, com base no princípio da eficiência.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

52. Determinada organização da sociedade civil pretende celebrar um termo de fomento com o Município Beta para a realização de um festival cultural local. Ocorre que a dirigente da OSC é cônjuge de um vereador do Município. Diante dessa situação hipotética, e à luz da Lei 13.019/2014, assinale a afirmativa correta.

- a) A celebração da parceria é vedada, pois a Organização possui como dirigente cônjuge de membro do Poder Legislativo municipal.
- b) A parceria poderá ser celebrada normalmente, pois a vedação se aplicaria apenas se o dirigente da OSC fosse o próprio membro do Poder Legislativo.
- c) A celebração da parceria é permitida, desde que a vereadora se licencie do cargo durante a execução do termo de fomento.
- d) A vedação legal se aplicaria apenas a parcerias com o Poder Legislativo, não se estendendo a parcerias celebradas com o Poder Executivo municipal.
- e) A parceria somente seria possível se o dirigente da Organização e a vereadora comprovassem de modo cabal a existência de impessoalidade na contratação.

CONTABILIDADE GERAL*Marcondes Fortaleza*

53. Em 01/09/2021, uma entidade pagou antecipadamente o seguro de seus veículos com vigência de três anos, no valor de R\$ 36.000, com início de utilização imediata. Assinale a opção que indica a contabilização da despesa antecipada com seguro no Balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2021.

- a) Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.
- b) Ativo Circulante: R\$ 16.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.
- c) Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 12.000.
- d) Ativo Circulante: R\$ 4.000 / Ativo não Circulante: R\$ 32.000.
- e) Ativo Circulante: R\$12.000 / Ativo não Circulante: 0.

54. Uma empresa do ramo comercial apresentou, no mês de dezembro/2021, os seguintes fatos econômicos:

I. Venda de mercadorias pelo valor bruto de R\$ 40.000,00, sobre o qual incidem PIS e COFINS, sob o regime cumulativo, e ICMS de 15%.

II. Desconto incondicional sobre a venda, no valor de R\$ 4.000,00.

III. Como parte da venda foi efetuada a longo prazo, houve contabilização de ajuste a valor presente do crédito a receber, no valor de R\$ 3.500,00, indedutível para fins tributários.

IV. O custo das mercadorias vendidas equivale a 35% do valor da Receita Líquida.

V. A referida empresa é optante pelo regime de tributação do IRPJ com base no lucro presumido e adota o regime de competência para fins de incidência da Contribuição para o PIS e para COFINS.

Informações adicionais:

- As alíquotas cumulativas da Contribuição para o PIS e para COFINS, de acordo com o Art. 124 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 são, respectivamente, de 0,65% e de 3%; e,
- O valor do ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Com base nas informações disponibilizadas, o Resultado com Mercadorias do mês de dezembro/2021 foi:

- a) R\$ 15.025,85
- b) R\$ 15.778,18
- c) R\$ 25.983,10
- d) R\$ 19.164,02
- e) R\$ 16.889,02

55. Os dados apresentados a seguir são relativos à demonstração dos fluxos de caixa de uma companhia.

- lucro líquido antes do desconto do imposto de renda – R\$ 10.000
- imposto de renda – R\$ 2.000
- amortização – R\$ 1.000
- ganho na venda de imobilizado – R\$ 500
- O imobilizado foi vendido à vista.
- A conta duplicatas a receber aumentou R\$ 1.200, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- A conta fornecedores aumentou R\$ 1.400, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- Não houve pagamento de imposto de renda no período.

Nessa situação hipotética, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais no período 2020 foi igual a

- a) R\$ 7.500,00.
- b) R\$ 9.700,00.
- c) R\$ 10.000,00.
- d) R\$ 10.700,00.
- e) R\$ 10.200,00.

56. O contador de uma Sociedade Empresarial deverá elaborar a Demonstração do Valor Adicionado para o exercício de X1, com base nas seguintes informações:

1. Aquisição à vista de mercadoria no valor de R\$ 2.000,00 com incidência de ICMS calculado à alíquota de 18%;
2. Receita de vendas de mercadorias por R\$ 6.000,00, destacando-se o ICMS (alíquota de 18%);
3. Despesas com pessoal no valor de R\$ 200,00, sendo R\$ 20,00 de contribuições devidas ao INSS;
4. Despesas administrativas que correspondem ao consumo de energia elétrica no valor de R\$ 150,00;
5. Venda de um veículo por R\$ 600,00, cujo custo de aquisição foi de R\$ 500,00 e já estava depreciado em R\$ 150,00;
6. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados à alíquota de 10% sobre o Lucro Líquido; e,
7. O lucro foi distribuído da seguinte forma: 50% com lucros retidos e 50% com juros sobre o capital próprio e dividendos.

Demonstração do Resultado do Exercício	
RECEITA BRUTA	6.000,00
(-) ICMS	(1.080,00)
(=) VENDAS LÍQUIDAS	4.920,00
(-) Custo das mercadorias vendidas	(820,00)
(=) LUCRO BRUTO	4.100,00
(-) Despesas operacionais	-
Salários e encargos	(200,00)
Administrativas	(150,00)
LUCRO NA VENDA DE IMOBILIZADO	250,00
(=) Lucro antes do IR/CS	4.000,00
(-) IR/CS (10%)	(400,00)
(=) LUCRO LÍQUIDO	3.600,00

De acordo com as informações, é correto afirmar que:

- a) O Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade é de R\$ 5.430,00.
- b) O Valor Adicionado distribuído com Impostos, Taxas e Contribuições é de R\$ 1.480,00.
- c) O Valor Adicionado Bruto é de R\$ 5.100,00.

d) O Valor Adicionado distribuído com Juros s/ Capital Próprio e Dividendos e Lucros Retidos é de R\$ 5.100,00.

e) O Valor Adicionado recebido em Transferência é de R\$ 150,00.

57. A Sociedade Empresária X é do setor de varejo e comercializa suas centenas de produtos com uma garantia segundo a qual os clientes estarão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro do primeiro ano após a compra. A experiência passada da Sociedade Empresária e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, dos seus produtos vendidos, 40% não apresentarão defeitos, 46% apresentarão defeitos menores e 14% apresentarão defeitos maiores.

Sabe-se que a Sociedade Empresária X irá incorrer:

- Em custos de reparação de R\$ 300.000,00, caso sejam detectados defeitos menores em todos os seus produtos vendidos.
- Em custos de reparação de R\$ 550.000,00, caso sejam detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, assinale o valor esperado do custo das reparações que a Sociedade Empresária “X” reconhecerá como provisão.

- a) R\$ 112.500,00
- b) R\$ 215.000,00
- c) R\$ 400.000,00
- d) R\$ 750.000,00
- e) R\$ 850.000,00

CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

58. O Município Audazes dos Pampas possui um antigo prédio público que, devido a mudanças demográficas e à obsolescência de sua estrutura, tem seu potencial de serviço e capacidade de gerar benefícios significativamente reduzidos. A equipe de contabilidade precisa avaliar se este ativo sofreu uma redução ao valor recuperável (impairment). De acordo com as normas de contabilidade aplicada ao setor público, assinale a afirmativa **CORRETA** sobre a redução ao valor recuperável:

- a) O teste de redução ao valor recuperável (impairment test) deve ser realizado obrigatoriamente a cada encerramento de exercício para todos os ativos imobilizados e intangíveis.
- b) A redução ao valor recuperável de ativos não geradores de caixa é determinada pela comparação entre o valor contábil do ativo e seu valor em uso, sendo este último o montante recuperável.
- c) Uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, sendo este o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso.
- d) Ativos biológicos e produtos agrícolas são os únicos tipos de ativos que não estão sujeitos às regras de redução ao valor recuperável.
- e) Se um ativo for reavaliado e, subsequentemente, houver indícios de impairment, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, até o limite do ganho de reavaliação anterior.

59. O Município Audazes dos Pampas, frequentemente, recebe recursos financeiros de outras esferas de governo ou de doações de entidades privadas, além de aplicar multas administrativas. Esses são exemplos de transações sem contraprestação, que possuem tratamento contábil específico no setor público. Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a afirmativa **CORRETA** sobre o reconhecimento e mensuração dessas transações:

- a) Receitas de transações sem contraprestação, como as transferências intergovernamentais, devem ser reconhecidas apenas no momento da sua arrecadação financeira, seguindo o regime de caixa.
- b) Multas administrativas aplicadas pelo município são reconhecidas como receita no momento da sua aplicação, mesmo que o recebimento seja incerto, pois representam um direito adquirido.
- c) Se o município receber uma doação em dinheiro que está vinculada a um propósito específico, como a construção de uma escola, essa receita só poderá ser reconhecida após a conclusão da obra.
- d) Um passivo deve ser reconhecido em transações sem contraprestação quando o município recebe recursos com uma condição para sua utilização, e essa condição ainda não foi cumprida.
- e) A mensuração de ativos provenientes de transações sem contraprestação é sempre realizada pelo custo histórico de aquisição ou produção, independentemente da forma como foram obtidos.

60. O Município Audazes dos Pampas, em cumprimento à legislação e às diretrizes federais de contabilidade pública, adota o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A respeito dos objetivos, estrutura e da aplicabilidade do PCASP, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) O PCASP é uma ferramenta flexível que permite a cada ente da federação a alteração de seus sete níveis de desdobramento para melhor se adequar às particularidades de suas transações e necessidades de detalhamento.
- b) Um dos principais objetivos do PCASP é a uniformização dos procedimentos contábeis entre os entes da federação, visando exclusivamente à consolidação das contas públicas no âmbito da União.
- c) As contas classificadas como de natureza orçamentária (Classes 5 e 6) são utilizadas para o registro de bens, direitos e obrigações, enquanto as de natureza patrimonial (Classes 1 a 4) registram a execução da receita e despesa.
- d) O PCASP é de uso obrigatório para todos os entes da Federação (União, estados, Distrito Federal e municípios), e sua estrutura permite o registro e tratamento da informação sob os enfoques orçamentário, patrimonial e de controle.
- e) A natureza de informação "Intra OFSS" (dígito 2 no 5º nível de consolidação) é utilizada para identificar transações com entes de outras esferas de governo, as quais são mantidas nas demonstrações consolidadas para evidenciar os fluxos entre diferentes níveis da federação.

61. O Departamento de Contabilidade do Município Audazes dos Pampas apresentou os seguintes dados referentes à execução orçamentária do exercício X1 (valores em milhares de Reais), para a elaboração do Balanço Orçamentário:

Receita Orçamentária:

Previsão Inicial:	R\$ 100.000
Previsão Atualizada:	R\$ 105.000
Arrecadação Realizada:	R\$ 112.000

Despesa Orçamentária:

Dotação Inicial:	R\$ 100.000
Dotação Atualizada:	R\$ 108.000
Despesa Empenhada:	R\$ 103.000
Despesa Liquidada:	R\$ 98.000
Despesa Paga:	R\$ 95.000

Com base nessas informações e nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) O Município Audazes dos Pampas encerrou o exercício X1 com um déficit orçamentário de R\$ 9.000 mil.
- b) O excesso de arrecadação do exercício foi de R\$ 12.000 mil.
- c) O saldo da dotação orçamentária ao final do exercício foi de R\$ 5.000 mil.
- d) O total de Restos a Pagar inscritos ao final do exercício foi de R\$ 5.000 mil, correspondendo apenas às despesas não processadas.
- e) A despesa orçamentária liquidada superou a despesa paga em R\$ 5.000 mil, caracterizando o total de Restos a Pagar Processados.

62. O Departamento de Contabilidade do Município Audazes dos Pampas está finalizando a elaboração do Balanço Patrimonial para o encerramento do exercício. Este importante demonstrativo reflete a posição financeira e patrimonial do ente público em um dado momento. Com base nas diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) sobre o Balanço Patrimonial, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) No Balanço Patrimonial, os ativos são classificados em circulantes e não circulantes com base na liquidez esperada para o período de até doze meses após a data do balanço, e os passivos com base na sua exigibilidade no mesmo período.
- b) O Patrimônio Líquido no setor público é composto exclusivamente pelo Superávit/Déficit Acumulado e pelas Reservas de Lucros, refletindo o desempenho econômico consolidado ao longo do tempo.
- c) A conta "Ativo Realizável a Longo Prazo" destina-se a registrar apenas os direitos realizáveis após o término do exercício financeiro subsequente, excluindo-se explicitamente os derivativos e instrumentos financeiros.
- d) As Reservas de Reavaliação, quando existentes no Patrimônio Líquido, são transferidas para o Superávit/Déficit Acumulado apenas no momento da baixa total do bem reavaliado, independentemente de sua depreciação ou amortização.
- e) O Balanço Patrimonial tem como objetivo principal evidenciar a execução do orçamento público, comparando a receita prevista com a arrecadada e a despesa fixada com a empenhada.

DIREITO FINANCEIRO

Luciana Marinho

63. Em relação à despesa pública, assinale a classificação que busca responder à indagação “em que” área de ação governamental a despesa será realizada.

- a) institucional.
- b) funcional.
- c) programática.
- d) econômica.
- e) por natureza.

64. Os princípios orçamentários são diretrizes fundamentais que orientam a elaboração, execução e controle dos orçamentos públicos. Eles garantem que o processo orçamentário seja transparente, eficiente e responsável. Ao verificar se a Lei Orçamentária Anual contém dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, o gestor está considerando o princípio orçamentário denominado:

- a) exclusividade.
- b) unidade.
- c) discriminação.
- d) orçamento bruto.
- e) publicidade.

65. A despesa pública refere-se aos gastos realizados pelo governo para atender às necessidades da sociedade e promover o bem-estar social. Esses gastos são fundamentais para o funcionamento do Estado e para a implementação de políticas públicas que visam o desenvolvimento econômico e social. De acordo com a Lei nº 4.320 de 1964, “as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis” classificam-se como:

- a) Transferências Correntes.
- b) Investimentos.
- c) Subvenções.
- d) Despesas de Custeio.
- e) Inversões Financeiras.

66. As despesas extraorçamentárias são aquelas que não estão previstas no orçamento anual aprovado pelo poder legislativo, mas que ainda assim são realizadas pelo governo. Elas não fazem parte do orçamento fiscal ou da seguridade social e, portanto, não são incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Essas despesas são tratadas de forma separada e têm características específicas que as distinguem das despesas orçamentárias. É exemplo de despesa extraorçamentária:

- a) Restos a pagar não processados.
- b) Aquisição de material de consumo.
- c) Subvenções sociais para custeio de instituições de benemerência.
- d) Despesas de Exercícios Anteriores.
- e) Devolução de cauções em dinheiro.

67. De acordo com a lei 4.320/64 no tocante à receita e despesas, assinale alternativa errada:

- a) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- b) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
- c) O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes não constituirá item de receita orçamentária.
- d) São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, exceto, as provenientes de recursos financeiros recebidos de

outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

- e) A receita classifica-se-á nas seguintes categorias econômicas em receitas correntes e receitas de capital.

68. Em relação à receita pública, a Lei 4.320/64 afirma que a receita, cuja arrecadação se origina de concessões e permissões de serviços de transporte, é considerada como:

- a) receitas de transferências.
- b) receitas de serviços.
- c) receitas de operações de créditos.
- d) receitas patrimoniais.
- e) outras receitas correntes.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araujo

69. Marcelo, auditor do TCE-PE, detentor de função de direção, deixou, por indulgência, de responsabilizar o subordinado William, que havia praticado infração funcional no exercício do cargo, embora Marcelo tivesse atribuição para aplicar a referida penalidade. Marcelo assim agiu por considerar que William sempre havia demonstrado boa conduta no trabalho, e que o erro cometido não era tão grave, devendo ser relevado.

Nesse caso, a conduta de Marcelo configura:

- a) condescendência criminosa, com aumento de pena de um terço.
- b) condescendência criminosa, sem aumento de pena.
- c) prevaricação, sem aumento de pena.
- d) prevaricação, com aumento de pena de um terço.
- e) corrupção passiva privilegiada, sem aumento de pena.

70. Restando apenas dois meses para o término de seu mandato, o prefeito de determinado município brasileiro, buscando aumentar sua popularidade, autorizou a execução de ato que acarretava aumento de despesa total com pessoal.

Nesse caso, a conduta praticada configura:

- a) Crime eleitoral.
- b) Crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- c) Crime contra as finanças públicas.
- d) Crime praticado por funcionário público contra a administração em geral.
- e) Fato atípico, sujeito apenas a sanções pelo Tribunal de Contas.

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

71. No Código Tributário Nacional, consideram-se como normas complementares:

- Os atos normativos editados pelas autoridades administrativas.
- As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa.
- Os convênios celebrados pelos entes federados.
- As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.

Suponha que um determinado contribuinte tenha observado uma determina instrução normativa da Secretaria de Estado de Fazenda, que posteriormente foi revogada. Considere, ainda, que em decorrência da observância da referida instrução normativa, o contribuinte tenha deixado de recolher um tributo. Assim, o contribuinte deverá recolher o tributo no seguinte contexto:

- a) somente o valor do tributo.
- b) com a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização monetária.

- c) somente com a cobrança de juros de mora e atualização monetária.
- d) com a atualização monetária e penalidades.
- e) com as penalidades e juros de mora.

72. De acordo com a Constituição Federal, são imunes aos impostos as instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, atendidos requisitos de lei complementar. Nesse contexto, e considerando a jurisprudência do STF, a referida imunidade se aplica:

- a) apenas aos bens imóveis em uso efetivo pela entidade imune.
- b) aos bens imóveis temporariamente ociosos das entidades imunes.
- c) também a outras espécies tributárias, como as taxas.
- d) apenas aos imóveis onde funcionam as entidades.
- e) exclusivamente aos bens móveis das entidades assistenciais.

73. São impostos estaduais: o imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD); o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ICMS); e o imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA).

A Constituição Federal define que o imposto sobre transmissão causa mortis e doação compete ao Estado:

- a) do domicílio do herdeiro ou donatário.
- b) do domicílio do doador quando se tratar de imóveis.
- c) onde foi celebrado o inventário, em se tratando de bens móveis.
- d) do domicílio do de cujus, em se tratando de bens móveis.
- e) onde foi registrado o testamento.

NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Adriana Menezes*

74. O Prefeito do Município X do Estado de Pernambuco resolveu analisar o pleito dos servidores para instituir o regime próprio de previdência social (RPPS) que lhes assegurasse os benefícios de aposentadoria e pensão por morte. À luz do disposto na Constituição Federal e na Emenda Constitucional n. 103/2019, a decisão do Prefeito será acertada no sentido de

- a) acolher o pleito dos servidores, enviando para a Câmara de Vereadores um projeto de reforma da lei orgânica do município.
- b) acolher o pleito dos servidores, instituindo o RPPS por meio de Decreto Municipal.
- c) acolher o pleito dos servidores, enviando para a Câmara de Vereadores um projeto de lei complementar para dispor sobre a idade mínima e o tempo de contribuição necessários à concessão da aposentadoria voluntária dos servidores, observada a simetria com o regime geral de previdência social (RGPS).
- d) não acolher o pleito dos servidores porque é vedada a instituição de outros regimes próprios de previdência social após a publicação da EC n. 103/2019.
- e) acolher parcialmente o pleito dos servidores para instituir o RPPS que contemplasse somente o benefício de aposentadoria. O Benefício de pensão por morte não é suportado pelo regime próprio de previdência social e deverá ser arcado pelo orçamento do próprio Município.

75. Com relação aos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos, analise os itens abaixo:

- I. Os servidores públicos amparados por RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compulsoriamente aposentados aos 75 anos de idade, porém a Constituição Federal permite que lei complementar do respectivo ente federativo fixe livremente o limite para a aposentadoria compulsória, desde que não exceda os 75 anos de idade.
- II. Os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista criadas pelo Estado de Pernambuco e pela União são segurados obrigatórios do regime próprio de previdência social da respectiva unidade federativa.
- III. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos possui caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

76. Acerca das normas gerais sobre organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social (RPPS), à luz da Constituição Federal, da Emenda Constitucional n. 103/2019 e da Lei n. 9.717/98, assinale a opção correta.

- a) Os servidores da União que ocupam cargo público efetivo poderão arcar com contribuições extraordinárias para o equacionamento do déficit do RPPS, desde que seja por prazo determinado.
- b) As regras para cálculos dos proventos de aposentadoria são fixadas em lei geral nacional, aplicável aos servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) Após a publicação da Emenda Constitucional n. 103/2019, os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de salário-maternidade. Caso o servidor fique incapacitado temporariamente, o orçamento do ente federativo deverá arcar com seu benefício por incapacidade.
- d) A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao triplo desta contribuição.
- e) A Lei que disciplina sobre normas gerais de organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social veda a contratação de resseguro para garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial.

77. Acerca das normas gerais dos regimes próprios de previdência social (RPPS), à luz da Constituição Federal, da Emenda Constitucional n. 103/2019 e da Lei n. 9.717/98, assinale a assertiva incorreta.

- a) Os regimes próprios de previdência social não podem conceder benefícios distintos dos previstos no regime geral de previdência social (RGPS).

- b) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo, de guarda municipal ou de policial civil.
- c) No caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência.
- d) O servidor público titular de cargo efetivo do Estado de Pernambuco, quando cedido à entidade de outro ente da federação, mesmo sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem.
- e) O parcelamento ou a moratória de débitos dos entes federativos com seus regimes próprios de previdência social fica limitado ao prazo de sessenta meses.

NOÇÕES DE AVALIAÇÃO ATUARIAL

Francisco Barreto E Gustavo Carrozini

78. Segundo a Portaria MTP nº 1.467/2022, no caso de adoção de segregação da massa, é correto afirmar que:

- a) É obrigatório que os benefícios por invalidez sejam custeados exclusivamente pelo fundo em capitalização.
- b) É permitida a movimentação de segurados entre fundos, desde que autorizada pelo Conselho Monetário Nacional.
- c) O fundo em repartição simples pode financiar exclusivamente benefícios programados de caráter temporário.
- d) O fundo em capitalização é vedado para custeio de pensões por morte.
- e) Os segurados devem ser divididos em dois grupos, alocados integralmente em fundos distintos, vedada a coexistência de um mesmo segurado em mais de um fundo.

79. Em um plano de contribuição definida, o valor do benefício programado na aposentadoria está diretamente relacionado:

- a) Ao tempo de serviço e último salário.
- b) Ao saldo acumulado na conta individual.
- c) À média dos salários mais altos.
- d) Ao teto do RGPS.
- e) Ao método atuarial de financiamento adotado pelo patrocinador.

80. Em um RPPS, o valor atual dos benefícios futuros (VABF) é de R\$ 8 bilhões, o valor atual das contribuições futuras (VACF) é de R\$ 5,2 bilhões, o valor atual do fluxo de compensação financeira é de R\$ 0,5 bilhões e o saldo de ativos garantidores é R\$ 1,8 bilhões.

Considerando que a folha salarial tem valor presente atuarial de R\$ 10 bilhões e que se utiliza o método agregado, calcule o custo normal (%) do plano.

- a) CN = 28%
 - b) CN = 57%
 - c) CN = 0%
 - d) CN = 23%
 - e) CN = 80%
-

Discursiva

Ao final de 20X2, o Poder Executivo de um município do estado PQR divulgou que suas despesas com pessoal totalizavam R\$ 110 milhões e que a receita corrente líquida acumulada no mês corrente e nos onze meses anteriores era de R\$ 200 milhões. A receita corrente líquida não sofreu queda real em comparação ao quadrimestre do exercício financeiro anterior. O município em questão tem população de 30 mil habitantes e o chefe do Poder Executivo municipal encerra seu mandato ao final de 20X4.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija uma questão discursiva em resposta aos próximos questionamentos, à luz do que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

1. Qual é a situação do Poder Executivo do município no que diz respeito aos limites de despesa com pessoal?
2. Em qual documento a LRF determina que sejam informados os limites de despesa com pessoal de Poder Executivo municipal?
3. Segundo a LRF, que medidas o Poder Executivo do município em questão deverá tomar em relação às despesas com pessoal?
4. Que sanções serão aplicáveis ao Poder Executivo municipal caso não sejam tomadas as medidas determinadas pela LRF?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
